

Este apoio do PDS, decisivo na madrugada.

A longa sessão que o Senado iniciou minutos antes das 19 horas de quarta-feira e que varou toda a noite, entrando pela madrugada para só terminar ontem, já dia alto, não foi suficiente para impedir a aprovação do pacote fiscal do governo.⁴

O risco de malogro da matéria preocupava a Aliança Democrática e o Palácio do Planalto, quando eram remotas as possibilidades de uma negociação partidária.

O projeto, aprovado na véspera pela Câmara dos Deputados, só poderia ser votado no Senado se conseguisse sua inclusão no regime de urgência urgentíssima, para o que se exige o quórum de dois terços, isto é, 46 votos. Aí começava a complicação, já que, sozinhos, o PMDB e o PFL, só dispunham de 44 votos. Conseguir mais dois não parecia fácil, diante da resistência do PDS e, ainda, do bloqueio solitário de um único peemedebista, o mineiro Itamar Franco. A sessão foi suspensa, para permitir o encaminhamento de negociações, só voltando a funcionar quando faltavam poucos minutos para as 22 horas. Aí começou também o bloqueio da bancada do PDS, que, a despeito da sua posição contrária ao pacote, acabou ajudando a formar o quórum de dois terços para assegurar o regime de urgência urgentíssima. Os senadores pedessistas que aderiram foram Benedito Ferreira, de Goiás,

Aloysio Chaves, do Paraná e Lomanto Júnior, da Bahia.

O senador Aloysio Chaves sentiu-se muito à vontade para aprovar a urgência e o próprio pacote porque, anteriormente, comunicara aos senadores Amaral Peixoto e Murilo Badaró que se desligará do PDS. Ele está mantendo algumas conversas com o PMDB e, até o final deste mês, já estará em outro partido.

O senador paraense disse ainda que o pacote tem aspectos positivos e negativos, mas espera que, em futuro próximo, o presidente Sarney venha a fazer correções, inclusive com o auxílio do Congresso.

O senador Benedito Ferreira (PDS-GO) explicou ontem que votou pela urgência e pela aprovação do pacote do governo por gratidão ao líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, que facilitou a aprovação do Estado de Tocantins.

O senador goiano contou que o líder peemedebista trabalhou por um interesse de Goiás, tendo até mesmo enfrentado a resistência do deputado comunista Alberto Goldman, de São Paulo: "Então, eu prometi retribuir na primeira oportunidade, que surgiu com o pacote. Antes, contudo, informei ao meu líder e, no final das contas, acabei votando contra uma emenda de minha autoria", afirmou.

"Faço oposição ao governo, não

ao interesse público" afirmou por sua vez, o senador Lomanto Júnior (PDS-BA). "Sou um homem público que me tenho mantido, com sacrifícios, numa posição de coerência. Meus companheiros do PDS não podem se queixar porque nunca lhes faltei em hora nenhuma".

A primeira batalha obstrucionista para impedir os dois terços foi centrada na contestação levantada por Itamar Franco. Ao colocar a suposição de que o líder do PMDB, Humberto Lucena, um dos subscritores do requerimento de urgência, falava em nome da sua bancada, pediu a exclusão do seu nome, para efeito de cálculo do quórum.

Fragelli negou-se a aceitar a ponderação do representante mineiro, alegando que ele faz parte de uma bancada, a do PMDB, e quem a representava era o líder Lucena. A soma apontava, pelo levantamento numérico das bancadas do PMDB e do PFL e dos três pedessistas, 47 votos, um além do mínimo exigido para os dois terços.

Com a obstrução, a urgência urgentíssima só foi aprovada às cinco horas da madrugada, após o que a Mesa passou a ler as 57 emendas oferecidas em plenário, 23 delas de autoria de Itamar Franco. No seu propósito de seguir obstruindo, o senador mineiro valeu-se de pretragativa de justificar oralmente essas emendas, dispondo de cinco minutos para cada uma.